

PARQUE ARQUEOLÓGICO NACIONAL DO RIO CÔA (PANRC): UMA REALIDADE A IMPLEMENTAR URGENTEMENTE NO INTERESSE DO BEM COMUM*

por

Vítor Oliveira Jorge

A polémica instalada à volta do rio Côa, desde os inícios do mês de Novembro de 1994, e de todos conhecida, embora, até certo ponto, constitua um saudável exercício de cidadania, está, na minha opinião, a entrar numa fase de esgotamento. Encontramo-nos todos, quer sejamos intervenientes no processo, quer simplesmente observadores do mesmo, algo cansados de perder tempo, recursos e energias com uma questão que, a meu ver, e no muito boa gente, só tem uma solução razoável, dada a manifesta incompatibilidade da barragem do Côa com o património do rio.

Dependendo naturalmente tal solução de uma decisão política, e encontrando-nos num ano de eleições, penso que seria bom que os actuais governantes, naturalmente coadjuvados pelos mais diversos técnicos, a tomassem o mais rapidamente possível. Assim se evitaria que assunto de tão grande transcendência para Portugal se transformasse em recurso eleitoralista, fosse qual fosse o partido a utilizá-lo. Por outro lado, ultrapassar-se-ia uma negativa tendência, que de outro modo se fará inevitavelmente notar, para o extremar de posições e para o aumento de "ruído" informativo, para a manutenção de equívocos, e para o clima de incerteza que paira sobre todos os que mais directamente são afectados pela situação gerada. Todo esse clima desgastante pode ser ultrapassado pela positiva.

Sem pretender ser detentor da verdade ou da solução milagrosa, alerta uma vez mais para a necessidade de diálogo sereno, mas construtivo e pragmático, entre técnicos e decisores, e para o *sentido de Estado* que deve presidir a uma opção sobre uma questão em que está em causa o bom nome de Portugal, perante a comunidade internacional e, sobretudo, perante a consciência culta (não tenhamos medo da expressão) nacional.

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 20-06-1995.

Essa opção, imposta por circunstâncias antes inesperadas na dimensão que tomaram, mas que hoje são do domínio público, honrará o Governo Português e o povo que representa, e abrir-nos-á caminho para um dos grandes empreendimentos do final do séc. XX, que ficará a marcar a nossa geração.

Não podemos nem alagar o Côa, nem fazer uma réplica dele, nem cortá-lo aos bocados para os pôr noutro sítio. Este não é um problema “técnico”, de engenharia, onde temos pessoas competentíssimas em Portugal. É um problema cultural, na sua acepção mais lata, no qual as pessoas ligadas ao património têm, por uma vez, de fazer ouvir a sua voz autorizada, sem tensões, mas de forma construtiva. Trata-se, neste caso, de um património mundial único, que nos honra que se tenha conservado no nosso território, devendo-se portanto actuar de imediato em conformidade com tal evidência, que entra pelos olhos dentro de qualquer observador sensibilizado, tanto quanto possível atento, neutral e sensato. Não poder fazer a barragem de Foz Côa é evidentemente pena, mas é uma perda em larga medida desprovida de significado perante o que vamos ganhar com a sua alternativa, o Parque Arqueológico Nacional do Rio Côa (ou qualquer que seja o nome que se atribua ao projecto). Electricidade é precisa, sim; vamos produzi-la noutros lados. Armazenamento de água é vital, sim; vamos fazê-lo noutros lados, não descurando uma negociação permanente com os nossos vizinhos sobre a utilização dos rios internacionais. Preservação de postos de trabalho, e criação de outros, impõem-se obviamente: muitos trabalhadores, de todos os sectores, serão necessários às obras de construção do Parque e sua manutenção, para todo o sempre. Desenvolvimento regional, claro: neste momento, o maior valor que tem Foz Côa e outros concelhos limítrofes é o potencial de progresso constituído pelo fabuloso património internacional do rio Côa. Esse potencial de progresso já começou a dar indícios claros na região (que o digam os hoteleiros e responsáveis de adegas cooperativas, por ex.); mas tornar-se-á impressionante quando for tomada a decisão que urge e quando ela se começar a implementar no terreno.

O rio Côa é o único curso de água neste momento conhecido no mundo que constitui uma galeria de arte e de história com 200 séculos, ao ar livre, visitável por um número à partida não restrito de turistas, desde que sejam implementadas no terreno as infraestruturas para os receber, tanto do ponto de vista material como humano. E esse aproveitamento económico, mais dirigido a um turismo de qualidade do que de massas, articulado com a produção do “vinho fino” e de outros valores locais, poderá ir-se fazendo paralelamente ao desenvolvimento dos estudos técnicos e das obras da montagem do Parque. Não carecemos de esperar por mais estrangeiros para nos virem dizer que destino acham que devemos dar ao Côa (embora a sua presença seja sempre benvinda, e capital até para granjearmos ajudas económicas internacionais) — temos felizmente em Portugal, país moderno europeu, técnicos de Arqueologia capazes de aconselhar, com o sentido

da responsabilidade que assumem, os decisores políticos. Nem isolacionismo nem servilismo, nem arrogância nem complexos de inferioridade, mas sentido do interesse nacional, eis a atitude que, julgo, deve presidir às decisões a tomar.

O Parque é uma entidade em cujo projecto e implementação terão evidentemente de estar envolvidos técnicos de todos os tipos, bem como autarcas e populações locais.

Para ser breve, referirei apenas uma estrutura tripartida que, no meu entender, deverá ser criada para conduzir este processo, necessariamente complexo, e difícil, porque inovador entre nós. As expressões que utilizarei são dadas apenas a título indicativo, competindo a juristas e pessoas com experiência administrativa — e, evidentemente, ao Governo, em última análise — a decisão quanto ao “figurino” específico mais adequado a adoptar. Algo como o “Gabinete do Côa”, entidade promotora do Parque, directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros, deveria começar a funcionar com carácter de urgência, por forma a minimizar os custos económicos e os decorrentes do desgaste da imagem do país que a situação em que nos encontramos está a causar.

Tal estrutura tripartida seria composta por:

Conselho Directivo — incluindo elementos do Conselho Científico, e entidades ligadas à actividade económica, autarcas, etc.

Conselho Científico — constituído por arqueólogos, especialistas do património, e outros cientistas, nacionais e estrangeiros.

Equipas operacionais de terreno — dirigidas por técnicos das diferentes operações a realizar.

Portugal, que, ao longo da sua história, enfrentou muitas situações de crise, e sobreviveu, consolidando-se como nação, hoje integrada nos países que estimam o seu passado como base de um desenvolvimento sustentado e ancorado em valores, não pode continuar a titubear perante esta surpreendente, extremamente enriquecedora, descoberta.

Permita-se-me que conclua de uma forma algo solene. O mar largo, há séculos, não nos assustou. Já recentemente, estamos a vencer o desafio da integração europeia. Por que nos havia de intimidar o repto do Côa? Para utilizar uma frase batida, saibamos, também aqui, cumprir Portugal.

Porto, Maio de 1995